



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

EDITAL

CARTA CONVITE Nº 081/11

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, RS, através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CARTA CONVITE do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01(DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e o nº 02 (PROPOSTA DE PREÇO), até às **13h30min** do dia **29/09/2011**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 – Centro , onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de reposição de vidros na rede Municipal de Ensino (Zona Urbana e Rural), incluindo fornecimento de mão-de-obra e todo material necessário para perfeita execução dos serviços, conforme quantidades e especificações em anexo.

1.1.1. A empresa vencedora ficará responsável pelo transporte dos materiais e do profissional para a realização dos serviços, sem ônus para o município.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Carta Convite, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.4. Reunidas em consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Que sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, na Central de Compras, na Rua Marechal Floriano nº. 458 - Centro, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
CARTA CONVITE Nº 081/09
PARA SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE VIDROS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
CARTA CONVITE Nº 081/09
PARA SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE VIDROS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.
PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Certidão de Inexistência de Débito para com o Sistema de Seguridade Social (CND).

4.2. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

4.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.

4.4. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro Empresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP autenticada e emitida pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso se tratar de ME ou EPP.

4.4.1. Caso não utilizada a faculdade prevista no sub-item 4.4, a empresa não ficará desclassificada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

4.5. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.6. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

4.7. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.8. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.8.1. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme item 4.8, terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.8.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o valor unitário e total, em moeda corrente nacional em algarismos, datilografada ou digitada em papel timbrado, não podendo ser manuscrita, nem conter emendas ou rasuras, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado.

5.1.1. O proponente poderá também fazer uso do **Modelo de Proposta, Anexo I do Edital**

5.2. Declaração emitida pela proponente, na qual tem pleno conhecimento de todos os serviços licitados, em papel timbrado da empresa e assinado por pessoa autorizada.

5.3. Tendo em vista o art. 40, Inciso X da lei 8.666/93 o valor estimado é de R\$ 34.400,00 (Trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

5.4. Prazo de validade não inferior a 60(sessenta)dias contados da data de sua abertura.

5.5. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até às **13h30min** do dia **29 de setembro de 2011**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na Marechal Floriano Peixoto, 458 – Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A **abertura** das propostas será realizada às **14h00min** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

6.2.4. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.5. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.6. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 – PROPOSTA DE PREÇOS.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **menor preço global**, na forma do sub-item 5.1.

6.3.5. Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.

6.4. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

6.5. DA HOMOLOGAÇÃO

6.5.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.2, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.5.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses prorrogável por igual período à critério da contratante, contados da data de expedição da "Ordem de Início de Serviço", devendo os preços constantes serem reajustados pela variação do URM – (Unidade de Referência Municipal) na vigência do contrato, salvo se alterada a legislação.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente será aplicada a sanção legal, a saber:

- a) multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

9. DA RESCISÃO

9.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

9.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.

9.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão dos contrato:

9.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

10. DO PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão realizados em faturas mensais irredutíveis até o 10º dia do período subsequente ao da prestação dos serviços.

10.1.1. As faturas expedidas serão o resultante da metragem dos vidros colocados entre o 1º. ao 30º. dia do referido mês, constando de forma discriminada os valores referentes aos vidros colocados nas unidades escolares, devidamente atestados pela fiscalização da SMEC e por esta recebido.

10.2. Liberação dos Pagamentos: O pagamento das parcelas somente será efetuada mediante a comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS, cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC sendo que a última parcela somente será liberada após o recebimento da obra pela Fiscalização da SEC e posteriormente pela Comissão de Recebimento, a saber:

a) Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SMEC.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO PERANTE A CONTRATANTE:

11.1. O serviço será executado nas escolas da Rede Municipal de Ensino (Zona Urbana e Rural), de acordo com a solicitação da SMEC.

11.2. A empresa CONTRATADA deverá se responsabilizar pela retirada dos vidros quebrados e colocação de novos;

11.2. A colocação de vidros compreende instalação em esquadrias novas, bem como em substituição de vidros quebrados.

11.3. Prazo de atendimento do serviço solicitado: no máximo 48 (quarenta e oito) horas (dentro do horário de expediente), após o pedido ser solicitado pela SMEC, sob pena de aplicação de multa contratual.

11.4. Os vidros deverão ser instalados sem quaisquer trincas, mesmo na parte interna entre esquadrias e os baquetes de fixação e massa cinza;

11.5. Todas as despesas de transporte dos materiais e do profissional para a realização dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

11.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo sua ou de seu profissional.

11.7. A CONTRATADA deverá enviar à FISCALIZAÇÃO da SMEC, a relação das pessoas que irão executar os serviços e providenciar identificação das mesmas para o devido acesso ao local de execução, sendo os mesmos uniformizados.

11.8. É responsabilidade da CONTRATADA pela limpeza do local onde os serviços serão realizados, remoção e acondicionamento dos entulhos.

11.9. A empresa interessada deverá fazer, através de um técnico especializado, uma vistoria minuciosa nos locais da Rede Municipal de ensino, para que tenha conhecimento das condições ambientais, das dificuldades técnicas na colocação dos vidros e para adquirir parâmetros para elaboração das propostas. Esta vistoria deverá ser feita durante o horário de expediente.

11.10. Prazo de atendimento do serviço solicitado: no máximo 48 horas (dentro do horário do expediente, após o pedido ser solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob pena de aplicação de multa contratual

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O presente Edital deverá ser retirado e ou solicitado no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, situada na rua Marechal Floriano, 458.

12.1.1. Fazem parte integrante deste Edital , os seguintes elementos:

Anexo I – Modelo de Proposta

Anexo II – Minuta do Contrato

Anexo III – Memorial Descritivo

Anexo IV – Endereço das Escolas Municipais

12.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, até 24 horas imediatamente anteriores àquela marcada para a entrega do envelope contendo documentos de habilitação e proposta de preço.

12.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

12.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

12.5. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 13 de setembro de 2011.

Regimar Hernandes da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas